

BRASIL, GUIANA E O “PRINCÍPIO DA NÃO-INDIFERENÇA”

Brazil, Guyana and “non-indifference principle”

*Thiago Gehre¹
Sheldon Thiago Pontes Gomes²*

“a cordialidade e a cooperação são, hoje, as marcas de nossos laços. Da integração física e a cooperação para o controle de doenças, Guiana e Brasil avançam juntos para a construção de uma América do Sul próspera e coesa” (LULA, RPEB, 2005)

Introdução

O compromisso brasileiro com a manutenção de um continente sul-americano pacífico, estável e integrado fez com que o Brasil adaptasse, da práxis da política externa, um princípio que servisse de mapa às relações bilaterais e multilaterais em sua vizinhança e adjacências, conceitualmente batizado de *não indiferença*.

No caso das relações com a Guiana, o momento definidor ocorreu na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do chanceler Celso Amorim (2003 – 2010), mediante a valorização dos contatos multilaterais com OTCA e Caricom, e bilaterais com o governo de Georgetown, fomentando planos regionais de ação, encontros de alto nível, projetos em diversas áreas. Evidenciou-se não apenas uma política de redução de desigualdades regionais, mas a expressão do “princípio da não indiferença” na ação diplomática brasileira.

Da mesma forma, percebe-se o sentido de continuidade durante a gestão da presidenta Dilma Rousseff. A declaração do chanceler Antonio Patriota de que o povo do Paraguai “não deveria sofrer as consequências” do ato político de afastamento do

¹ Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e pesquisador do Instituto de Relações Internacionais da UnB. E-mail: thiago.gehre@gmail.com.

² Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. E-mail: sheldontpg@hotmail.com

governo de Assunção da Cúpula do Mercosul, bem como a constante preocupação com o destino da Guiana e do Suriname, no futuro da integração regional, demonstram que a *não indiferença* tornou-se elemento norteador da ação regional e internacional do Brasil.

Este artigo tem por objetivo demonstrar como a “não indiferença” se estabeleceu como princípio da política sul-americana brasileira, tomando como estudo de caso as relações do Brasil com a Guiana. Ademais, visa responder às questões de porque aproximar-se de um país de baixa relevância econômica e política na América do Sul e quais os reflexos da aproximação entre Brasil e Guiana?

América do Sul como teatro de operações do Brasil

Nos dois últimos anos do governo Fernando Henrique Cardoso cristalizou e ganhou força a percepção de que “uma América do Sul forte e unida” contribuiria à paz, estabilidade e desenvolvimento do Brasil e de sua vizinhança. A iniciativa brasileira de realização da I Reunião de Presidentes da América do Sul (2000) resultou da convicção de que a contiguidade geográfica e a comunidade de valores construiriam uma agenda compartilhada de oportunidades e desafios específicos, bem como organizariam um espaço comum de prosperidade para todos os países da região (GEHRE 2009).

Entretanto, a reorganização da convivência no espaço sul-americano como uma área singular dependeu de algumas decisões táticas: elaborar um esquema efetivo de aproximação regional, fortalecer a institucionalidade regional, atualizar o modelo de desenvolvimento econômico e reavaliar o lugar da Amazônia na política sul-americana.

A montagem da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), a partir de um programa conjunto dos governos dos 12 países da região, de modernização da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicação, permitiu planejar uma década de investimentos para a construção dos meios físicos que permitissem o desenvolvimento da livre circulação de produtos, serviços e pessoas (COUTO 2009).

Além de impactar na competitividade e na capacidade de transações comerciais dos países sul-americanos, a ideia de América do Sul como um espaço de convergência de expectativas, levou ao repensamento do modelo de desenvolvimento econômico

regional, que passaria a incluir como eixo estruturante a superação das injustiças sociais e o desenvolvimento de seus povos.

Para tanto, o fortalecimento de instrumentos de cooperação como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e as seguidas reuniões de presidentes da América do Sul (2000 a 2010) enfatizaram a ampliação e aprofundamento do processo de integração regional para toda a América do Sul. Com a assinatura do tratado constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) (23 de maio de 2008), atingiu-se um nível de adensamento institucional e de coordenação política inédito na região, se espalhando para áreas pouco usuais do sistema sul-americano como a região das Guianas (GEHRE 2009 b).

A ênfase do governo brasileiro nas relações comerciais com o Cone Sul levou o Itamaraty a negligenciar por vários anos outras áreas no continente. Faltava, portanto, um sentido verdadeiramente sistêmico para as ações de integração que estavam sendo levadas a cabo pelo Brasil na região.

Não obstante, tal perspectiva foi gradativamente se modificando na medida em que se aprofundavam as relações com os países do chamado “arco norte”, o que incluiria a Guiana. Assim, a componente amazônica na fórmula multilateral de integração vislumbrada pela UNASUL motivou o Brasil a desencadear uma série de iniciativas comerciais e financeiras, de promoção de exportação, importação e investimentos, de coordenação política e articulação com países em desenvolvimento e emergentes que seriam sintetizadas pela chamada cooperação Sul-Sul.

A não indiferença como princípio de política externa

Durante o governo Lula a política exterior do Brasil pautou-se pelo incremento das condições do desenvolvimento nacional, como industrialização, revalorização do setor primário exportador, diversificação de parcerias comerciais e potencialização dos fluxos de investimento. Além disso, o fator diferencial teria sido agregar uma perspectiva democrática às relações internacionais do Brasil, vinculando aos discursos e à prática uma postura crítica à ordem internacional injusta (VIDIGAL 2010).

Outra característica definidora da política externa brasileira entre 2003 e 2010 foi o processo de fortalecimento da integração regional. Argumenta-se que as transformações globais tiveram reflexo no quadro de ideias da diplomacia, de forma a atuarem como força motriz sob a emergência de novos valores e princípios que levaram a América do Sul a ser a primazia externa brasileira (CERVO 2008).

Ainda que a ação diplomática do Brasil tivesse se mantido como um instrumento do desenvolvimento nacional a partir de 2003, adquiriu a peculiaridade de sustentar “uma perspectiva humanista” de mundo. Assim, a política externa voltou-se para a construção da paz e da estabilidade regionais, buscando reduzir o hiato entre as nações ricas e pobres, promover o respeito e igualdade entre os povos e a democratização efetiva do sistema internacional (RPEB 2003).

No que tange à consecução do projeto de uma América do Sul unida, valorizou-se a cooperação Sul-Sul com um olhar mais humanista, cristalizada no continente por meio da integração regional para além da “ação comercial”. A percepção era de que atuando em conjunto os vizinhos sul-americanos teriam uma chance melhor de mudar a geografia política e comercial do mundo, criando condições dignas de vida e oportunidades aos povos da região (RPEB 2005).

A reeleitura realizada pelo Itamaraty, ao revalorizar as dimensão sul-americana da política externa brasileira, tornou-se mais complexa do que se imaginara (SPEKTOR 2010). O diferencial estava em buscar construir uma ordem internacional justa e equitativa, de essência democrática. Sobre a atuação da diplomacia brasileira no início do século 21, Lula ponderou: “em um mundo globalizado, nossa contribuição à paz e à democracia é determinada pelo princípio da não indiferença” (RPEB 2005; DISCURSO 2005).

Portanto, caberia ao Brasil, na condição de país com maior desenvolvimento relativo da região, trabalhar na diminuição das assimetrias, respeitando os recursos naturais e as populações tradicionais, congregando a participação justa e equitativa de todos os países amazônicos (SOARES 2010).

Assim, a lógica de atuação pelo princípio de *não indiferença* seria na direção do fortalecimento da democracia, na construção de um espaço regido pela paz, pela

proteção dos direitos humanos, por um crescimento sustentável e pelo compromisso de combate à fome e a extrema pobreza. Outra característica do princípio da não indiferença é a conformação de espaços interligados e solidários à resolução de problemas comuns.

Pode-se dizer que o princípio da não indiferença se aplica às relações do Brasil com a Guiana: a) pela convergência em não aceitar uma ordem internacional injusta; b) pelas ações diplomáticas compartilhadas em torno da defesa dos princípios éticos e humanistas internacionais; c) pela aproximação “quase desinteressada”. Logo, mesmo diante da enorme assimetria entre os dois vizinhos, os projetos conjuntos visaram beneficiar mais a Guiana do que ao Brasil.

Um ensaio de aproximação

Até o início dos anos 2000, a Guiana parecia um vizinho invisível. Persistiam óbices que sustentavam uma condição de distanciamento em relação a sua vizinhança: nível de articulação com os demais países da região, transporte irregular e caro, barreira linguística, deficiente engajamento na economia de mercado e do bloco regional, reduzido volume de importações e exportações provenientes dos países do continente e baixo nível de informação sobre as potencialidades do país (LINHARES 2011).

Os entraves apresentados nas relações da Guiana com a América do Sul favoreceram o distanciamento e a consolidação de uma visão negativa por parte dos guianenses a respeito dos seus vizinhos sul-americanos.

Primeiramente, as forças econômicas permaneciam adormecidas. A Guiana depende essencialmente da produção externa e da exportação de matérias-primas, o que consolida uma base econômica pouco diversificada, com reduzida capacidade de gerar recursos humanos qualificados. Ao mesmo tempo, a fuga de cérebros limita a inovação e o desenvolvimento no país baixa, assim como a precária infraestruturação do país dificultada sua integração aos mercados internacionais e regionais.

Segundo, a circunstância geográfica não vinha sendo aproveitada. A falta de rodovias pavimentadas e portos bem estruturados dificulta a vida dos produtores ao escoarem sua produção. Mesmo na fronteira com o Brasil, onde parece ter havido certo

desenvolvimento com a ampliação do comércio local entre Bonfim (Roraima) e Lethem, o fluxo comercial na região continua baixo e caracterizado por profunda desigualdade.

Consequentemente, tais forças criaram obstáculos à integração e à construção de um identificador sul-americano para a Guiana.

Nada obstante, algumas medidas adotadas durante a gestão Lula, considerando a ideia-força de projetar-se globalmente fortalecendo sua posição regional, levaram a diplomacia brasileira a repensar o papel da Guiana nas relações internacionais do Brasil. Com expectativas renovadas no processo de construção do espaço sul-americano unificado, viabilizaram-se algumas oportunidades de aproximação política.

Brasil e Guiana estiveram engajados em uma fase de fundamentação das relações bilaterais, da década de 1990 até 2004, com a realização de acordos básicos e memorandos de entendimento, cujo objetivo seria o de disciplinar as suas relações bilaterais. Ilustra a tônica desta fase, o encontro entre os presidentes Lula da Silva e Bharrat Jagdeo, no primeiro semestre de 2003, quando da celebração do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas. Na ocasião, foi ressaltada a importância da regulação dos serviços de transporte por via terrestres, como elemento essencial para que o trânsito de pessoas e o comércio de bens ganhassem impulso (RPEB 2003).

Em ocasião posterior, a afinação política entre Brasil e Guiana mostrou-se além do contexto sul-americano quando das articulações políticas no bojo da reunião do G-90, grupo dos países menos desenvolvidos. Lula confirmou o interesse brasileiro na aproximação: *“vemos com satisfação que a Guiana se encontra plenamente engajada nessa luta que é uma prioridade fundamental de meu governo”* (RPEB 2003).

Em reunião ocorrida em Georgetown, o chanceler Celso Amorim (RPEB 2004) destacou a importância do diálogo entre o G-20 e o G-90, bem como, a necessidade de “unir forças e trabalhar os entendimentos comuns”, que proporcionariam a capacidade de barganha necessária para alcançar objetivos em um sistema de comércio equitativo, capaz de promover o desenvolvimento econômico e o bem estar social por todo o planeta.

Nesse novo contexto, o governo brasileiro vinha empenhando esforços para o estabelecimento de parcerias assimétricas, mas com alguma identidade, como no caso da Guiana. De fato, Brasília assumira a conformação de parcerias, simétricas ou assimétricas, como uma ferramenta para se criar uma nova ordem internacional inclusiva em termos da democracia, direitos humanos e igualdade social.

Em 2005 inicia-se outra fase do relacionamento bilateral, de “agudização das iniciativas”, com a assinatura de diversos acordos de cooperação técnica. Ademais, o governo brasileiro promoveu a coordenação entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade do Caribe (Caricom), para o estabelecimento de um acordo de livre comércio cujo fim seria estimular o intercâmbio de bens e serviços entre as regiões, criando novas oportunidades de negócios, além de projetos de cooperação em outras esferas.

Lula (RPEB 2005) ponderou que o Brasil estaria disposto a organizar amplo esquema de cooperação com os países da Caricom e especialmente com a Guiana, abrangendo programas de capacitação técnica no setor produtivo sucroalcooleiro e se comprometendo a ajudar na modernização e diversificação da produção agrícola guianense.

Na busca pela manutenção de boas relações, o Ministro do Interior da Guiana, Clement Rohee, atendendo a convite do Governo brasileiro, realizou uma visita ao Brasil, em setembro de 2007. A visita teve como objetivo avançar na agenda de cooperação entre os países nas mais variadas áreas temáticas. Além do mais, foi durante oportunidade de realizar um exame no andamento das obras da ponte sobre o Rio Tacutu, considerado símbolo da ligação entre os dois vizinhos (RPEB 2007).

No ano de 2008, marco da celebração do 40º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Guiana, foi realizado no Rio de Janeiro o primeiro encontro dos chanceleres de ambos os países. Na ocasião o Ministro Celso Amorim e a Ministra das Relações Exteriores da Guiana, Carolyn Rodrigues-Birkett, sublinharam a importância da assinatura de uma série de atos de ajustes.

Os chanceleres enfatizaram durante a conversa, o quão importante era no processo de colaboração entre os países a melhoria na infraestrutura de transportes. Foram

expostas as expectativas que ambos os governos cultivavam quanto à conclusão da ponte sobre o rio Tacutu, tendo em vista a possibilidade de se aprofundar os vínculos entre os dois lados da fronteira (RPEB 2008).

Nos anos seguintes, reiterou-se a importância da pavimentação da estrada Linden-Lethem, que permitiria a interconexão permanente entre Manaus, Boa Vista e Georgetown. Junto com a construção da ponte, a pavimentação do interior guianense consistia no mais importante projeto de ligação entre Brasil e Guiana, pois se vislumbrava como uma grande oportunidade de negócios na América do Sul.

Além disso, no imaginário coletivo guianense foi se consolidando a ideia de que o desenvolvimento da nação passava pelo estabelecimento de alianças regionais, sendo o Brasil considerado um dos principais parceiros no continente (RAMSAROOP e PHILLIPS 2006: 118).

Segundo o ex-chanceler da Guiana, Rashleigh Jackson, as relações com o Brasil representam um elemento essencial de uma política de fronteiras “coerente e internamente consistente” que tem sido relevante para caracterizar a identidade sul-americana da Guiana, “sem reduzir o seu papel e sem afetar seu caráter de membro do Caricom” (CORBIN 2007).

Durante a realização da IV Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL, em Georgetown (2010), além de ter sido reiterado o compromisso dos governos sul-americanos com a consolidação do continente integrado e próspero, foi assinado um protocolo adicional sobre “compromisso com a democracia”, tendo em vista a manutenção e a perpetuação de valores e princípios democráticos na região (ATOS 2010).

A reunião em Georgetown foi marcada ainda pela passagem da presidência pro tempore à Guiana de Bharrat Jagdeo. Era a oportunidade de o país ampliar o nível de participação nos assuntos regionais, buscando exercer “um papel ativo” a fim de que não houvesse riscos a democracia ao mesmo tempo em que se pudesse implementar uma “agressiva agenda social e de desenvolvimento” (FOLHA DE SP 2010).

Com o estabelecimento da UNASUL desenvolvia-se a fórmula para conectar definitivamente Guiana e Suriname ao sistema sul-americano. A concordância dos

países do arco norte na assinatura do tratado constitutivo, somado ao entusiasmo, especialmente guianense, no processo de integração, demonstrava o engajamento com o projeto sul-americano. Além do mais, a cooperação entre Mercosul e Caricom melhorava a coordenação de ações entre países que se encontravam, até então, às margens do sistema econômico regional (RPEB 2008).

Nesse sentido, foi realizado em abril de 2010 a Primeira Cúpula Brasil – Caricom que teve como resultado político a assinatura de 48 atos de cooperação técnica em diferentes áreas, como: saúde, agricultura, educação e cultura. O panorama comercial Brasil-Caricom era crescente, mas ainda desequilibrado. Durante a Cúpula de 2010, firmou-se um compromisso de preparar estudos específicos, visando à promoção de exportações e o estímulo do desenvolvimento de relações comerciais, ostentando a diminuição das assimetrias (ATO CARICOM, 2010).

A ponte sobre o Tacutu: riscos e oportunidades

A construção da ponte sobre o rio Tacutu gerou, desde os anos 1970, grandes expectativas quanto as oportunidade de negócios entre Brasil e Guiana. Com a ligação da cidade de Bonfim, no Brasil, a Lethem, na Guiana, o empresariado esperava a ampliação dos negócios, enquanto os governos imaginavam a intensificação no processo de aproximação bilateral. O projeto foi retomado a partir de 2001 como um objetivo da IIRSA de melhorar a infraestrutura de transporte no norte da América do Sul, mas enfrentou atrasos por questões ambientais (excesso de chuvas) e devido a irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União.

O impulso que faltava foi dado em 2006 (FOLHA BV), com a assinatura do Acordo de Transporte entre a Guiana e o estado de Roraima, objetivando vivificar a região e fazê-la uma verdadeira fronteira de integração. As obras foram retomadas em 2007 e a ponte foi concluída em 2009.

O simbolismo era grande e parecia coroar uma década do processo de aproximação do Brasil com seu “distante vizinho”. Os reflexos iam além da integração econômica, pois a ponte constituía um importante elemento na fixação da identidade sul-americana

da Guiana. A conclusão da obra significava mais do que um avanço infraestrutural, mas a incorporação definitiva da Guiana à América do Sul (LINHARES 2011).

Para tanto, vislumbrava-se a possibilidade de utilizar a potencialidade da Guiana no setor hidrelétrico e mesmo no estabelecimento da transmissão de um cabo de fibra ótica, capacitando o fornecimento internet banda larga ao estado de Roraima, ao mesmo tempo em que se esperava uma ampliação dos negócios nas cidades fronteiriças (FOLHA BV 2009-b).

Havia a consciência que o pleno desenvolvimento da região e a intensificação das relações brasileiro-guianense passavam pela interligação rodoviária entre os dois países. Por isso, o compromisso brasileiro de realizar estudos e projetos em conjunto, tendo em vista o estabelecimento da via entre Lethem e Linden, o “novo desafio” do Brasil na Guiana (GOMES, 2011: 147).

A Guiana seria, então, considerada pelo Itamaraty como o “elo natural” entre o Brasil e o Caribe. Dessa forma, a região fronteiriça de Roraima com o território guianense, intermediada pela BR-401, assumiria posição de destaque, haja vista se tratar da única fronteira terrestre entre o Mercosul e o Caricom (FOLHA BV 2009-b; FOLHA BV 2009-c).

A visão brasileira era fazer dos vizinhos, “que viveram muito tempo de costas um para o outro”, parceiros que pudessem aproveitar o potencial de sua herança amazônica. Do lado brasileiro, o compromisso de pavimentação da estrada entre Lethem e Lindem (cerca de 500 km), visando completar o projeto de ligação terrestre entre Manaus e Georgetown e ampliar as perspectivas de desenvolvimento na região. Além do mais, a pavimentação do interior da Guiana e a instalação de uma infraestrutura adicional, como um porto de águas profundas em Georgetown, favoreceriam o surgimento de novas rotas de transporte, assim como, novas oportunidades comerciais e econômicas para ambos os países.

Na visão guianense representava mais do que a mera abertura de uma ponte, senão um passo concreto para a conformação da parceria brasileiro-guianense. Da mesma forma, teria impacto na mentalidade coletiva ao criar uma consciência de vizinhança, pertencimento a mesma região e partilha do mesmo destino continental e hemisférico.

O presidente Jagdeo (2009), considerava justa a liderança brasileira no continente pelo papel de vanguarda desempenhado diante dos desafios globais e do processo de integração regional. Para ele o Brasil se mostrava comprometido com a “superação dos desafios e nas soluções para os problemas históricos de isolamento e abandono em nosso continente”. Jagdeo, em tom de agradecimento, completou: “é através da liderança do presidente Lula que países como Guiana estão agora abraçados dentro do engajamento na América do Sul para a integração e o desenvolvimento”.

Contudo, ainda pairavam dúvidas na Guiana, particularmente a percepção de que a ponte binacional auxiliaria no alastramento de ameaças “invisíveis” de caráter transnacional, como incursões de mineradores ilegais, madeireiras, narcotraficantes, entre outros, que colocariam a região fronteira e o país em situação de risco.

Além disso, Georgetown temia estar entrando em um beco sem saída ao alimentar grandes expectativas da parceria com o Brasil. A promessa de parceira compensadora e planejada, se por um lado poderia oferecer à Guiana vantagens econômicas e estabilidade política, caso não fosse honrada representaria um desgaste político interno.

Em uma atmosfera de esperança e receio, foram realizadas duas reuniões do Comitê de Fronteira Brasil-Guiana, entre 2009 e 2011, com o objetivo de gerir os impactos positivos e negativos da ponte sobre o Tacutu. O objetivo era levantar as dificuldades do dia a dia da fronteira, tentando, conjuntamente, promover soluções para os mesmos. Ficou estabelecido que a comissão reunir-se-ia periodicamente e que as discussões prioritárias seriam sobre educação, vigilância agropecuária, energia, saúde e segurança.

No que tange a área de educação, tendo em vista a barreira idiomática como um dos principais entraves à integração entre o Brasil e a Guiana, foi proposto um intercâmbio entre professores brasileiros e guianenses. O projeto “Escolas de Fronteira” buscou implantar o ensino do inglês e português como segunda língua nos colégios situados nas cidades fronteiriças (ATA 2009).

Na área de segurança, foi acordado convocar-se uma reunião conjunta das Comissões Mistas de cooperação policial e antidrogas, na qual, seriam tratados mecanismos formais de cooperação em áreas que abrangessem o tráfico de drogas,

armas, pessoas e órgãos humanos; roubo e repatriação de veículos motorizados e roubo de gado.

Em 2010, um ano após a inauguração da ponte binacional, sobre as relações comerciais de Roraima com a Guiana, as mesmas ainda se mostravam modestas, tendo em vista que foram exportados US\$ 213 mil, correspondendo a 1,8% do total das exportações do estado. No mesmo período não foram registrados oficialmente nenhuma importação proveniente da Guiana (SEPLAN 2010).

As relações entre Brasil e Guiana avançaram para o campo da segurança e defesa, mediante a modalidade da cooperação em duas vertentes. De fato, a “perspectiva geopolítica e geoestratégica” do Brasil é a de fortalecer a cooperação em defesa não apenas no plano bilateral, mas também em nível multilateral, no âmbito das diversas instâncias da Unasul cujo horizonte seja a construção de uma identidade sul-americana em matéria de defesa bilateral e multilateral (DEFESANET 2012).

Uma missão liderada pelo então ministro da defesa Celso Amorim foi à Georgetown, entre 11 e 12 de setembro de 2012, para estimular a participação da Guiana no processo de integração em defesa na América do Sul. O Brasil acenou com o apoio à modernização da estrutura de defesa guianense, por meio de iniciativas de formação e treinamento militar, intercâmbio de conhecimentos, ação conjunta nas fronteiras e revitalização de equipamentos militares (COMMUNIQUE 2012).

No âmbito da Unasul o Conselho de Defesa Sul-Americano seria a instância de consulta, cooperação e coordenação no setor. No plano bilateral, o Brasil vai fortalecer sua parceria com Guiana por meio da criação de grupos de trabalho que visam identificar oportunidades de cooperação na área de defesa; ofertar treinamento a oficiais guianenses em instituições militares brasileiras, acompanhar *in loco* ações cívico-sociais e de patrulhamento nas fronteiras, ampliar o intercâmbio na área de vigilância.

Brasil e Guiana acordaram, por exemplo, no envio de dez oficiais guianenses a Manaus (AM), para a realização de um curso em geotecnologia aplicada à defesa e segurança, fazendo com que os militares daquele país pudessem conhecer melhor os sistemas de monitoramento e vigilância brasileiros na Amazônia. Uma missão militar do Brasil também deverá ajudar na avaliação de áreas que em que aquele país carece de

conhecimento especializado, além de apoiar iniciativas em que há maior interesse estratégico local, como suprimentos e vigilância naval (COMMUNIQUE 2012).

Em suma, o interesse brasileiro é ampliar as oportunidades de cooperação militar com os vizinhos da fronteira norte, visando constituir uma comunidade de segurança na região. Para o Brasil, o diálogo e a cooperação em defesa são basilares no fomento da confiança mútua, afastando riscos de tensão no continente. Assim, o discurso brasileiro de integração em defesa como estratégia de integração regional firma-se na premissa da “coordenação dissuasória”, de cooperação e integração dentro da América do Sul, que desestimula (dissuade) ações hostis contra um país ou o sistema sul-americano (AMORIM 2012).

Considerações finais

Pode-se dizer que a Guiana assumiu um papel relevante no teatro de operações montado pela diplomacia brasileira na América do Sul do século 21. Algumas forças profundas contribuíram para a aproximação entre os “vizinhos distantes”.

A modificação das visões do outro impactaram nas relações entre Brasil e Guiana. Tanto o governo brasileiro tem se mostrado solidário na redução das desigualdades regionais. Como Georgetown dá sinais de balizar-se em suas relações exteriores pelo chamado “destino continental”, o que auxilia na identificação dos guianenses com a América do Sul.

De fato, pondera-se que a política externa brasileira utiliza o discurso da solidariedade como meio de prestígio e a cooperação Sul-Sul como ferramenta de ação, ativando sua presença regional e global.

Além disso, a crescente importância da Amazônia no contexto internacional e a contiguidade geográfica vêm impulsionando a cooperação, a integração econômica e o estabelecimento de uma infraestrutura comum, como foi o caso da finalização da ponte sobre o rio Tacutu.

Pode-se dizer que a eclosão de uma agenda multidimensional de segurança, vis a vis novas preocupações em termos de riscos e ameaças, tangíveis e intangíveis, na fronteira norte da América do Sul, demandaram especial atenção do Brasil e de seus

vizinhos para os problemas da região, o que gerou uma força de aproximação bilateral e multilateral.

Da mesma forma, oportunidades no campo comercial, alocadas na cooperação Sul-Sul, possibilitam à Guiana se tornar ligação entre o Brasil e o Caribe, de forma a se prospectar, com o incremento das relações bilaterais, um aumento do fluxo comercial na região. Com a construção da ponte foi facilitado o deslocamento na região da fronteira, fazendo com que o fluxo de pessoas, especialmente de brasileiros interessados em adquirir bens de diversos tipos, aumentasse consideravelmente. Ao contrário, os guianenses, devido à baixa renda e à desvalorização cambial, pouco dinamizaram o comércio de Bonfim.

Não obstante, ao analisar a história das relações entre Brasil e Guiana, é inequívoco o avanço perpetrado durante os anos de 2003 a 2010. Tão marcante quanto a singularidade da política externa de Lula para a Guiana foi a continuidade desta linha estratégica de aproximação com os países da fronteira norte na gestão da presidenta Dilma Rousseff

Entre 2010 e 2012, deu-se continuidade ao adensamento brasileiro-guianense em termos de celebração de acordos, realização de visitas oficiais, atribuição de relevância mútua, identificação de oportunidades na vizinhança e possibilidades para a parceria na integração regional sul-americana, como especificamente na área de segurança e defesa.

Em síntese, o Brasil tem buscado favorecer o desenvolvimento do vizinho, diminuindo as assimetrias existentes. Reafirmou o compromisso de engajar a Guiana no processo de integração regional, fazendo-a elo entre a América do Sul e o Caribe. Para tanto, pautou-se no princípio da não indiferença, garantindo que a Guiana passasse a ter um lugar nas relações internacionais do Brasil.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Celso. **Discurso do Embaixador por ocasião da sua posse como Ministro de Estado das Relações Exteriores, no Palácio do Itamaraty, 1 de janeiro de 2003.** *Resenha de Política Exterior do Brasil (RPEB)*, a.30, n.92, primeiro semestre de 2003, p. 21 - 26.

_____. **Discurso do Ministro das Relações Exteriores na reunião do G-90. Georgetown - Guiana**, 3 de junho de 2004. *RPEB*, a. 31, n. 94, 1º semestre de 2004.

_____. **Por uma identidade sul-americana em matéria de defesa.** Aula Magna, *Curso Avançado de Defesa Sul-Americano*, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2012.

ATA. Ata da I Reunião do Comitê de Fronteira. I Reunião do Comitê de Fronteira Brasil-Guiana, realizada nos dias 11, 12 e 13 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/conheca-o-ministerio/america-do-sul/departamento-da-america-do-sul-ii-das-ii/guiana/comite-de-fronteira/ata-da-i-reuniao-do-comite-de-fronteira>>.

ATOS assinados por ocasião da Cúpula Brasil – Caricom. Brasília, 26 de abril de 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/atos-assinados-por-ocasio-da-cupula-brasil-caricom-brasilia-26-de-abril-de-2010>>.

ATOS. Atos assinados por ocasião da IV Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL. Georgetown, 26 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/atos-assinados-por-ocasio-da-iv-cupula-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-unasul-2013georgetown-26-de-novembro-de-2010>>.

COMMUNIQUE. Official Visit to Guyana by his Excellency Ambassador Celso Amorim, Minister of Defence of Brazil, September 11-12, 2012.

COMUNICADO. **Comunicado Conjunto do Grupo de Países em Desenvolvimento - G-20, G-33, NAMA-11, ACP, PMDRs, Grupo Africano, Economias Pequenas, Vulneráveis (SVES), CARICOM e Algodão-4.** Genebra, 20 de julho de 2008. *RPEB*. Ano 29, Número 103, 2º semestre de 2008.

CORBIN, Robert H. O. **Guiana: o impacto da política externa sobre os desafios do desenvolvimento.** *Revista DEP*. n. 8, Outubro – Dezembro de 2007.

DECLARAÇÃO de Brasília. **Reunião de Cúpula Brasil – Caricom.** 26 de abril de 2010. *Resenha de Política Exterior do Brasil*. a. 37, n. 106, 1º semestre de 2010.

DEFESANET. **Brasil quer Guiana e Suriname envolvidos na integração em defesa sul-americana.** Paramaribo, 13/09/2012. Acesso em 02/10/2012. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/7736/Brasil-quer-Guiana-e-Suriname-envolvidos-na-integracao-em-defesa-sul-americana>>.

DISCURSO. **Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cerimônia de formatura da turma “Celso Furtado” (2002) do Instituto Rio Branco,** em 1º de setembro de 2005. Disponível em: <<http://mundorama.net/2005/09/01/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-formatura-da-turma-celso-furtado-2002-do-instituto-rio-branco-palacio-itamaraty-brasilia-df-01092005/m>>.

DISCURSO. **Presidente da República, Luiz Inácio Lula da SILVA na ocasião da inauguração da ponte sobre o Rio Tacutu.** 14 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.portal.rr.gov.br/arn/index.php?option=com_content&task=view&id=3777>.

ENTREVISTA. **Entrevista virtual – Sérgio Pillon.** 14 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=70153>>.

ROCHA, Eliane. **Obras da ponte sobre o Tacutu devem recomeçar no próximo ano.** *Folha de Boa Vista.* Publicado em 25 de outubro de 2006. Disponível em: <www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=224895>.

SOUSA, Willame. **República da Guiana é um bom local para empresários brasileiros, afirma investidor.** *Folha de Boa Vista.* 14 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=70136>>.

FOLHA BV. **Guiana poderá ser "elo natural" com Caribe, diz embaixador.** *Folha de Boa Vista.* 28 de maio de 2009. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=63018>>.

RODRIGUES, Éliassan. **Lula vai asfaltar estrada e anuncia ida de brasileiros.** *Folha de Boa Vista.* 28 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/Noticia_Imprensa.php?id=70247>.

FOLHA SP. **Guiana espera que a Unasul facilite sua integração à América do Sul.** *Folha de São Paulo.* 25 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/836068-guiana-espera-que-a-unasul-facilite-sua-integracao-a-america-do-sul.shtml>>.

JAGDEO, Bharrat. **Discurso do presidente da República Cooperativista da Guiana, Bharrat Jagdeo, na ocasião da inauguração da ponte sobre o Rio Tacutu.** 14 de setembro de 2009. Disponível em:

<http://www.minfor.gov.gy/tsite/images/minfor_docs/other_speeches/speech_takutu_bridege.pdf>.

LINHARES, Erick. **Política externa do vizinho distante: estudo de caso da República Cooperativa da Guiana**. Brasília: Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2011.

RPEB. **Discurso do Senhor Presidente da República na cerimônia de posse**. 1 de janeiro de 2003. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, a.30, n.92, primeiro semestre de 2003, p. 13 - 20.

RPEB. **Declaração do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, durante a visita de trabalho do presidente da República Cooperativista da Guiana, Bharrat Jagdeo**. 30 de julho de 2003. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, a. 30, n. 93, 2º semestre de 2003, p. 43 – 44.

RPEB. **Discurso do Presidente da República na sessão especial da Assembleia Nacional da Guiana, 15 de fevereiro de 2005**. *Resenha de Política Externa do Brasil*, a. 32, n. 96, 1º semestre 2005.

RPEB. **Visita ao Brasil do Ministro do Interior da Guiana**. 18 de setembro de 2007. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, a 34, n. 101, 2º semestre 2007.

RPEB. **Encontro da Ministra dos Negócios Estrangeiros da Guiana, Carolyn Rodrigues-Birkett, com o Ministro Celso Amorim**. Rio de Janeiro, 7 de outubro de 2008. Comunicado Conjunto. 9 de outubro de 2008. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, a. 29, n. 103, 2º semestre de 2008.

SEPLAN divulga Balança Comercial de Roraima 2010. Disponível em: <http://www.seplan.rr.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=134&Itemid=69>.

Artigo recebido dia 25 de outubro de 2012. Aprovado em 08 de março de 2013.

RESUMO

Os laços do Brasil com sua vizinhança sul-americana têm se pautado por um híbrido de cordialidade e cooperação, de um lado, e responsabilidade e pragmatismo, de outro. Dessa forma, o relacionamento do Brasil com a Guiana busca gerar prosperidade e coesão na América do Sul, ao mesmo tempo em que visa promover o desenvolvimento regional na fronteira amazônica. O Objetivo deste artigo é vislumbrar a “não indiferença” como princípio da política sul-americana brasileira, e mapa orientador das relações internacionais do Brasil em sua vizinhança e adjacências. A não indiferença, como ideia-força, seria o calço histórico das relações brasileiro-guianenses, explicando o porquê de o Brasil aproximar-se de um país considerado por muitos como de baixa relevância econômica e política na América do Sul, mas que ganhou importância na leitura brasileira sobre a integração regional.

PALAVRAS-CHAVE

Relações Internacionais do Brasil, América do Sul, Guiana.

ABSTRACT

Brazil's ties with its South American neighbours have been marked by a hybrid of cordiality and cooperation on the one hand, and responsibility and pragmatism on the other. Thus, the relationship between Brazil and Guyana seeks to generate prosperity and cohesion in South America, while aimed at promoting regional development in the Amazon. The aim of this paper is to understand the "non-indifference" as a principle of Brazilian South American policy and a road map of international relations of Brazil in its neighbourhood and surroundings. The non-indifference, as a belief-idea, would support Brazilian-Guyanese historical relations, explaining why Brazil approached a country considered by many as low political and economic relevance in South America, but that has gained importance into the Brazilian reading on regional integration.

KEYWORDS

Brazil's International Relations, South America, Guyana.